

NOTA INFORMATIVA

Governo centralista da República discriminou empresas dos Açores

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores considerou esta sexta feira que o Governo da República “discriminou as empresas açorianas, não estendendo às regiões autónomas o apoio excecional ao aumento do salário mínimo”.

Com efeito, foi hoje aprovada em plenário uma anteproposta de lei, destinada a corrigir aquela injustiça para com os Açores, “no fundo, é uma questão de justiça, ainda mais no contexto de crise económica e pandémica que vivemos”, frisou o social democrata.

“A medida até agora preconizada pelo Governo da República era um claro ataque à nossa Autonomia, porquanto prejudicava claramente as empresas dos Açores”, afirmou.

João Bruto da Costa reiterou que “estamos a falar do Governo da República mais centralista de sempre, e foi uma ministra desse mesmo governo a dizê-lo, pelo que não é de admirar que assim tenham agido”.

“E a prova é-nos dada nesta medida, mas pior é a conivência que, como já acontecia no passado, que o PS dos Açores continua a ter com as suas medidas, mesmo as que, como esta, prejudicam a Região”, criticou.

“Aliás, a forma como o Partido Socialista dos Açores abordou esta questão já é costumeira, sempre que o seu governo centralista cria injustiças para os Açores. E aquele governo esqueceu, uma vez mais, as empresas das regiões autónomas”, disse o social democrata.

João Bruto da Costa acrescentou que, “cá estamos, para defender os Açores e os interesses das nossas empresas, e não há quem nos cale quando é isso que está em causa”, referiu.

E concluiu, dizendo que, “no próximo dia 30 estamos certos de que será dada uma resposta clara sobre quem é que os açorianos querem na República, a defender verdadeiramente os interesses da Região e a colocar os Açores em primeiro lugar”.

Horta, 14 de janeiro de 2022

Laurénio Tavares

Assistente do Grupo Parlamentar do PSD

ltavares@alra.pt